

METAFÍSICA E ONTOLOGIA FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ENZO LENINE 

Universidade Federal da Bahia, Brasil

lenine@ufba.br

RESUMO: Como a metafísica feminista informa os compromissos ontológicos dos feminismos nas Relações Internacionais? Desde a entrada dos feminismos nas RI, debates sobre epistemologia e metodologia dominam as discussões entre as feministas na disciplina. Reflexões sobre ontologia, sobremaneira sobre o gênero como categoria, parecem resolvidas em torno da noção de construção social. Entretanto, o que e como exatamente é construído o gênero merece maior aprofundamento na pesquisa feminista em RI. Nesse artigo, estabeleço um diálogo entre a Filosofia e as RI com o objetivo de prover uma metafísica feminista para a *ontos* do gênero. Recorro ao modelo de atribuição de Ásta para fundamentar uma forma de explicar os mecanismos de construção social do gênero que interessam às feministas nas RI e exemplifico seu uso através do debate entre feministas empiricistas e críticas.

Palavras-chave: metafísica feminista; ontologia; feminismos nas RI.

INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹ – com essa frase, Simone de Beauvoir lançou não só as bases da segunda onda feminista, como também um profundo questionamento metafísico para o pensamento feminista que perdura até a contemporaneidade.² Ao indagar-se sobre o ser mulher e encontrar uma resposta em termos de um tornar-se, a sentença de Beauvoir alicerça-se na construção social dessa entidade denominada de mulher, a qual, posteriormente, translada-se para o questionamento do gênero e suas relações com outras *ontos* sociais.

Questionamentos metafísicos ocupam-se primariamente da estrutura da realidade, focando-se em seus elementos constituintes e nas propriedades dos mesmos.³ Conceitos como identidade, causalidade, substância e categorias são centrais para a metafísica, de modo que a reflexão nos feminismos perpassa essas ontologias.⁴

Não por acaso, a pesquisa feminista frequentemente evoca esses termos para inquirir sobre a estrutura generificada da realidade – bem como da própria ciência e filosofia⁵. Nesse sentido, a dimensão de gênero da realidade é central

¹ Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (vol. 2), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5.^a ed., 2019, p. 11.

² Sally Haslanger & Ásta, “Feminist Metaphysics”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018, <http://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-metaphysics/> (consultado em 3 de outubro de 2023).

³ Ásta, *Categories We Live By: The Construction of Sex, Gender, Race, and Other Social Categories*, Oxford, Oxford University Press, 2018; Charlotte Witt, “Introduction”, in Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 1-7; Charlotte Witt, *The Metaphysics of Gender*, Oxford, Oxford University Press, 2011).

⁴ Haslanger & Ásta, *op. cit.*

⁵ Sandra Harding, *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives*, Ithaca, Cornell, University Press, 1991.

para os feminismos, especificamente as construções sociais de gênero que sustentam, organizam e hierarquizam o mundo real.⁶

Nas Relações Internacionais (doravante, RI), feministas vêm, desde os anos 1980, inserindo as lentes de gênero em diferentes temas da política global e, sobretudo, da investigação acadêmica sobre a mesma. Se ao longo da sua trajetória histórica as RI foram marcadas por teorias e análises que elidiam a existência real dos indivíduos – focando-se, em vez disso, em uma personificação do Estado⁷ –, o olhar através de lentes de gênero permitiu às feministas chamar a atenção para a existência das mulheres, sua invisibilização na política nacional e global, suas demandas específicas e a violência estrutural que permeia suas variadas vivências em um mundo estruturado hierarquicamente pelo gênero.⁸ Isso significou não só um reengajamento crítico com as teorias das relações internacionais, mas também a reconsideração das bases ontológicas da disciplina: o que é o objeto do “internacional”, o que constitui a realidade internacional e quais são suas propriedades são algumas das questões que orientam as investigações feministas.

Em larga medida, o projeto elementar dos feminismos nas RI centra-se no reposicionamento da mulher, em particular, e reposicionamento do gênero, de modo geral, na

⁶ J. Ann Tickner & Laura Sjöberg, “Feminism”, in Tim Dunne *et al.* (eds.), *International Relations Theories*, Oxford, Oxford University Press, 5^a ed., 2021, pp. 182-196.

⁷ Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics*, Cambridge, Cambridge University Press; Colin Wight, *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

⁸ Ackerly *et al.*, “Feminist Methodologies for International Relations”, in Brooke A. Ackerly *et al.* (eds.), *Feminist Methodologies for International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 1-15; Selene Romero Gutiérrez, “La importancia de la perspectiva de género y de los feminismos en el análisis de los procesos globales”, *Anuario Mexicano de Asuntos Globales*, 1 (2022), pp. 503-518.

ontologia do internacional.⁹ Consequentemente, reflexões ontológicas sobre essas entidades animam o debate feminista, reconfigurando os significados das mesmas à medida que as agendas se expandem para além dos contextos euroamericanos e passam a incluir sujeitos do Sul Global.^{10, 11} Resulta disso o questionamento da conceituação da mulher a partir das experiências específicas das mulheres brancas do mundo desenvolvido, a problematização das relações (neo)coloniais no Sul Global e as dinâmicas interseccionais entre o gênero e outras clivagens sociais. Todos esses processos, bem como diversos outros na trajetória teórica e política dos feminismos, promoveram questionamentos de natureza ontológica sobre as propriedades da mulher e do gênero, frequentemente encontrando na chave da construção social uma abertura para refletir sobre as implicações dos compromissos filosóficos assu-

⁹ Jennifer Heeg Maruska, “Feminist Ontologies, Epistemologies, Methodologies, and Methods in International Relations”, *Oxford Research Encyclopedias of International Studies*, 2017, <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.178> (consultado em 3 de outubro de 2023); Jacqui True, “Feminism and Gender Studies in International Relations Theory”, *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, 2017, <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.46> (consultado em 3 de outubro de 2023).

¹⁰ O termo Sul Global constitui uma meta-geografia bastante controversa na literatura contemporânea de Ciências Sociais e, por conseguinte, de RI. Embora busque suplantam a também problemática terminologia de Terceiro Mundo, os seus significados são plurais e contestados. Para o uso deste artigo, entendo como Sul Global especificamente os espaços não-Ocidentais, sobretudo dos sujeitos situados na América Latina, África e Sudoeste Asiático.

¹¹ Luciana Maria de Aragão Ballestrin, “Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais”, in Aureo Toledo (ed.), *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*, Salvador, EDUFBA, 2021, pp. 179-204; Chandra Talpade Mohanty, *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*, Durham, Duke University Press, 2003; Lyn Ossome, “African Feminism”, in Reiland Rabaka (ed.), *Routledge Handbook of Pan-Africanism*, Londres, Routledge, 2020, pp. 159-170; Gayatri Chakravorty Spivak, “Gender and International Studies”, *Millennium: Journal of International Studies*, 27 (1998), pp. 809-831.

midos nas pesquisas. Hoje falamos de ontologias do tornar-se,¹² ontologias relacionais¹³ e interseccionalidades¹⁴ em seus reflexos materiais, ideacionais e discursivos.¹⁵

Apesar da indissociabilidade de questões metafísicas das demais discussões sobre epistemologia e metodologia, os feminismos nas RI ainda requerem reflexões mais aprofundadas sobre os compromissos ontológicos assumidos em suas pesquisas. Nesse contexto, o presente artigo parte da seguinte pergunta: como a metafísica feminista informa os compromissos ontológicos dos feminismos nas RI? Proponho que o debate metafísico nas abordagens feministas da disciplina permeie necessariamente pelo exame das condições da construção social do gênero em termos de suas propriedades e pelas relações com outras clivagens sociais, focando especificamente nas propriedades-base que constituem o gênero como atributo individual outorgado pela estrutura social. Metodologicamente, recorro à análise conceitual¹⁶ para desenvolver as intersecções entre o campo da metafísica feminista e os compromissos ontológicos da pesquisa feminista em RI. Este é um passo essencial na construção do “internacional” a partir das lentes feministas.¹⁷

¹² Birgit Locher & Elisabeth Prügl, “Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing the Middle Ground?”, *International Studies Quarterly*, 45 (2001), pp. 11-129.

¹³ J. Ann Tickner, “What is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions”, *International Studies Quarterly*, 49 (2005), pp. 1-21.

¹⁴ Anréa Gill & Thula Pires, “From Binary to Intersectional to Imbricated Approaches: Gender in Decolonial and Diasporic Perspective”, *Contexto Internacional*, 41 (2019), pp. 275-302.

¹⁵ Maruska, *op. cit.*

¹⁶ A análise de conceitos assume diferentes formas na Filosofia e nas Ciências Sociais, preocupando-se desde com categorias naturais e sociais, até com nossos entendimentos leigos sobre os fenômenos e, finalmente, com a mensuração dos conceitos (Keith Dowding, *The Philosophy and Methods of Political Science*, Londres, Palgrave, 2016, p. 189). Cada um desses projetos vem sendo conduzido na metafísica feminista, resultando em variados entendimentos sobre o gênero.

¹⁷ Uma ressalva: recorro a uma literatura primariamente de língua inglesa para estabelecer as discussões metafísicas e ontológicas neste artigo.

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, discuto o que significa a metafísica feminista a partir da reflexão filosófica, mapeando as principais questões propostas por filósofas feministas. Na sequência, recupero os debates ontológicos nos feminismos das RI, relacionando-os com as questões epistemológicas e metodológicas de fundo. Na terceira seção, apresento o modelo de atribuição de Ásta, uma vez que ele permite compreender os mecanismos de operação do gênero como construção social. Na quarta seção, reconfiguro o conhecimento recebido a partir de uma análise ontológica dos compromissos metafísicos assumidos na pesquisa feminista, sublinhando como o modelo de Ásta pode ser utilizado para reorientar a reflexão ontológica do gênero nas RI.

FEMINISMOS E METAFÍSICA: ENGAJAMENTOS FILOSÓFICOS ACERCA DO GÊNERO

As preocupações metafísicas dos feminismos em seus vários projetos filosóficos, políticos e emancipatórios envolvem a reflexão acerca das ideias e dos objetos que constituem suas ontologias.¹⁸ As incursões metafísicas no feminismo podem ser traçadas aos questionamentos iniciais sobre a natureza da mulher e do gênero, os quais, na história recebida no Ocidente, remontam aos desenvolvimentos da segunda onda feminista, e, mais particularmente, a Simone de Beauvoir.¹⁹ Desde então, a filosofia feminista debruça-se sobre questões ontológicas que envolvem não só as categorias mulher e gênero – o que informa parte significativa da reflexão

Alguns setores podem associar esta escolha a uma preferência pela produção do Norte Global. Porém, para os efeitos da proposta deste artigo, encontro nessa literatura as reflexões ontológicas que me permitem estabelecer um contato entre Filosofia e RI através da metafísica.

¹⁸ Haslanger & Ásta, *op. cit.*

¹⁹ Carol Hay, *Think like a feminist: the philosophy behind the revolution*, Nova York, W. W. Norton Company, 2020; Witt, *op. cit.*

metafísica feminista –, como ainda suas relações com outras dimensões da realidade social e política.²⁰ Outrossim, os diversos feminismos são também percebidos na filosofia como marcos epistemológicos e metodológicos para se repensarem questões sobre metafísica, ciência e o conhecimento.²¹ Destarte, a metafísica feminista é, antes de tudo, um amplo campo de investigações, preocupado desde com questões ontológicas sobre categorias como mulher e gênero, até com o lugar das metodologias feministas na reflexão filosófica.

A centralidade das categorias mulher e gênero provoca diferentes divisões dentro da filosofia feminista sobre o seu status metafísico e como ele se relaciona com a realidade concreta dessas categorias ontológicas.²² Debates sobre essencialismo vs. anti-essencialismo (i.e., entre uma essência de estilo platônico do gênero, possuidora de propriedades universais vs. a negação da possibilidade de existência de uma essência da mulher e do gênero) e realismo vs. nominalismo (as categorias possuem algumas propriedades universais que permitem falar de pertencimento a um tipo categórico vs. a rejeição de um universal que permita a unificação de indivíduos dentro de uma categoria) animam a metafísica feminista contemporânea.²³ Subjacente a estas discussões está o ensejo de conceituar a mulher e o gênero de modo a equacionar objetivos metafísicos, primariamente preocupa-

²⁰ *Loc. cit.*

²¹ Harding, *op. cit.*; Sandra Harding, “A Socially Relevant Philosophy of Science? Resources from Standpoint Theory’s Controversiality”, *Hypatia*, 19 (2004), pp. 25-47; Nancy C. M. Hartsock, *The Feminist Standpoint Revisited & Other Essays*, Nova York, Routledge, 2019.

²² Sally Haslanger, “What are we talking about? The semantics and politics of social kinds”, *Hypatia*, 20 (2005), pp. 10-26; Natalie Stoljar, “Different Women. Gender and the Realism-Nominalism Debate”, in Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 27-46.

²³ Sally Haslanger, “Gender and Race: (What) Are they? (What) Do we want them to be?”, *Noûs*, 34 (2000), pp. 31-55; Elizabeth Spelman, *Inessential Woman*, Boston, Beacon Press, 1988; Stoljar, *op. cit.*

dos com as propriedades e relações das entidades metafísicas, e os objetivos práticos, que derivam da realidade vivida dos indivíduos e das estruturas de gênero.²⁴

A particularidade do gênero como categoria social tornou-se, segundo Stoljar,²⁵ a ortodoxia das teorias feministas. Embora seja possível pensar, sob uma ótica realista, o gênero como uma entidade separada metafisicamente dos indivíduos – o que permitiria definir propriedades universais que fazem um determinado indivíduo ser de uma categoria ou de outra²⁶ –, o argumento dominante nas reflexões feministas é de que o gênero se articula com outras categorias sociais de maneiras particulares, produzindo as diferenças que observamos, por exemplo, entre mulheres brancas e negras, mulheres do Norte e do Sul global, mulheres cis e trans*. Essas diferenças incidem sobre a posição social de subordinação dos indivíduos de modos que não permitem reduzir o gênero a uma instância metafísica subsumida em torno de uma posicionalidade desvinculada das demais posicionalidades das outras categorias (raça, classe, sexualidade, região). Por tal razão, Stoljar argumenta que as *ontos* mulher e gênero são melhores entendidas como “um cluster de conjuntos de propriedades e partes sobrepostas”, que se intersectam nas experiências particulares dos indivíduos.

A importância das experiências vividas também é um ponto de partida fundamental na concepção de Witt.²⁷ Tais experiências são entendidas pelos indivíduos dentro das categorias já existentes de gênero, de tal forma que, para a vasta maioria das pessoas, questionamentos acerca do seu gênero parecem estar resolvidos sem a necessidade de investigações metafísicas.²⁸ Mais especificamente, as experiências

²⁴ Haslanger, *op. cit.*

²⁵ Stoljar, *op. cit.*, p. 38.

²⁶ Witt, *op. cit.*

²⁷ *Loc. cit.*; Charlotte Witt, “What is gender essentialism”, em Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011b, pp. 11-25.

²⁸ Witt, *op. cit.*, p. xi.

vidas assentam-se em uma concepção essencialista do gênero, fundada primariamente nos binários homem-mulher, masculino-feminino. Porém, os tensionamentos emergem quando a dimensão construtivista do gênero é contraposta ao essencialismo das propriedades, principalmente daquelas vinculados ao sexo, e são justamente estas tensões que motivam projetos metafísicos conciliadores com a dimensão social da construção de categorias sociais. Por conseguinte, o projeto de Witt assenta-se na premissa de que, “no caso dos indivíduos sociais (nós) o que é organizado pelo gênero é nossa agência prática e as normas que a governam. [...] [N]osso gênero fornece um princípio de unidade normativa para as nossas vidas como indivíduos sociais, e nosso gênero é, portanto, uni-essencial para nós”.²⁹ O uni-essencialismo a que Witt se refere permite conferir uma centralidade ao gênero em nossas vidas sem perder de vista seu elemento de construção social, historicamente situado e contextualizado.³⁰ Para ela, nós nos constituímos como indivíduos sociais, porque ocupamos “muitas posições sociais simultaneamente (e muitas mais diacronicamente), mas é o gênero que unifica a soma das ocupações de posições sociais em um novo indivíduo social”.³¹ Essa unificação é um princípio normativo de unidade maleável o suficiente para reconhecer as diversas posições sociais que, em seus entrelaçamentos, constituem o gênero e, sobretudo, o indivíduo social. Em outras palavras, o gênero é um papel megassocial que unifica todos os outros

²⁹ *Ibid.*, p. 12.

³⁰ Existem diferentes concepções de essencialismo, mas a mais conhecida refere-se a essencialismos sobre categorias, os quais postulam a existência de propriedades compartilhadas pelos membros de uma dada categoria que permitem falar desta como uma essência. Um indivíduo, nessa concepção, é-o quando possui as propriedades da categoria, uma vez que essas propriedades são necessárias para sua existência *qua* indivíduo – presume-se, portanto, uma relação modal (Saul Kripke, *Naming and Necessity*, Malden, Blackwell Publishing, 1981). Feministas de diferentes matrizes criticam essa forma de essencialismo. Para mais detalhes sobre essas críticas, ver Witt, art. cit. e *op. cit.*

³¹ Witt, *op. cit.*, p. 20.

papéis sociais para constituir o indivíduo como tal, o que carrega consigo uma posição social permeada de normas de comportamento.³²

Nesse processo de reflexão metafísica em torno das categorias mulher e gênero, Haslanger³³ assume uma posição na qual o gênero é construído constitutivamente, uma vez que ele se refere a fatores sociais e posições sociais desiguais. Na verdade, Haslanger define a própria concepção de mulher em torno da posição social desigual, buscando articular simultaneamente a posicionalidade, a hierarquia presumida nas relações de opressão e a diferença sexual. Nesse sentido, sua definição é dada por: “S é uma mulher se e somente se S é sistematicamente subordinada ao longo de alguma dimensão (econômica, política, legal, social etc.), e S é ‘marcada’ como um alvo para este tratamento por características corporais observadas ou imaginadas que se presume serem evidências da função biológica de uma mulher na reprodução”.³⁴

As demarcações ontológicas da *ontos* mulher estão associadas à opressão baseada no sexo, dialogando com as concepções ortodoxas dos significados conceituais do gênero, assim como com projetos feministas voltados para a erradicação das opressões estruturais de gênero.³⁵ Em linha similar, para Alcoff,³⁶ a chave analítica do feminismo encontra-se na reprodução, como um papel que diferencia homens e mulheres e serve de base para as segregações sociais. Estas, por sua vez, não se reduzem tão somente ao aspecto reprodutivo, mas o tomam como ponto de partida para uma série de ex-

³² *Loc. cit.*; ver também Ásta, *op. cit.*, pp. 83-86.

³³ Haslanger, *op. cit.*

³⁴ *Ibid.*, p. 39, ênfase no original.

³⁵ Mari Mikkola, “Ontological commitments, sex and gender”, em Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics:... op. cit.*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 71-72.

³⁶ Linda Martín Alcoff, *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*, Oxford, Oxford University Press, 2006.

periências vividas fundadas nos arranjos culturais estruturados pela construção social do gênero.

Críticas da ideia de gênero como uma entidade real (tal como postulado por visões associadas ao realismo de gênero, a exemplo as de Alcoff, Ásta e Haslanger) advogam que essa perspectiva não só não dialoga com as experiências rotineiras da maioria das pessoas, como tampouco resolve problemas ontológicos que envolvem o status de outras categorias sociais, como, por exemplo, ser uma senadora (uma categoria social que se define estritamente como construção social, sem nenhum apelo a propriedades não-sociais).³⁷ Designações como homem e mulher possuem apelos que não se resumem tão somente a construções sociais, mas principalmente a traços sexuais que determinam o pertencimento a uma categoria ou à outra,³⁸ e portanto as ontologias feministas devem ser demarcadas a partir de referências na realidade rotineira das pessoas.³⁹ Por tal razão, ao recorrerem a terminologias que não ressoam com as experiências usuais da sociedade sobre sexo e gênero, projetos de erradicação ou abolição do gênero não seriam capazes de se realizarem, o que denota uma limitação prática advinda de um problema ontológico.⁴⁰

Em certa medida, a proposta de Mikkola de se utilizar um conceito de “mulher” mais próximo do uso rotineiro, que englobe traços descritivos e normas covariantes de acordo com fatores contextuais e culturais, presume a possibilidade de acomodação de diferentes concepções e significados sobre ser mulher, pertencer a uma categoria de gênero e, primordialmente, reconhecer estruturas de opressão e desigualdade. Mais importante ainda, essa proposta busca incorporar os diversos problemas oriundos do caráter interseccional do gênero com outras categorias sociais, que implicam em complexas redes de traços descritivos e normas, as quais

³⁷ Mikkola, *op. cit.*

³⁸ Jennifer Saul, “Gender and Race”, *Proceedings of the Aristotelian Society Supplementary*, 80 (2006), pp. 119-143. 2006

³⁹ Mikkola, *op. cit.*

⁴⁰ *Ibid.*, p. 73.

dificultam –se não impossibilitam– o estabelecimento de uma *ontos* fundada nessas premissas. Essa leitura, desferida por Elizabeth Spelman⁴¹ como um ataque direto ao realismo de gênero, assenta-se num argumento particularista de que as experiências sobre ser mulher são diferenciadas para cada indivíduo, tendo em vista seus contextos particulares e, sobremaneira, suas interseções com outras categorias sociais, como raça, classe, nacionalidade, sexualidade. Entretanto, mesmo que se reconheçam as múltiplas possibilidades da interseccionalidade do gênero com outros marcadores sociais, segue aberta “a possibilidade de que as mulheres qua mulheres compartilham de algo que define seu gênero”,⁴² o que, por sua vez, manteria o apelo do realismo de gênero ainda que sob uma necessária nova roupagem.

Paralelamente à crítica de ordem metafísica, Butler⁴³ estabelece uma crítica de ordem política à normatividade subjacente ao realismo de gênero. Ao recorrerem a uma ideia do que é mulher e ser mulher, os movimentos de política de identidade excluem determinados indivíduos em nome daquelas propriedades e relações que estabelecem a sororidade entre as mulheres. Butler propõe a performatividade de gênero como uma estratégia ontológica, epistemológica e, sobretudo, política para desconstruir uma *ontos* realista do gênero que adscribe atribuições e propriedades essenciais de feminilidade e masculinidade aos indivíduos.⁴⁴ Adotar o realismo de gênero significa, pois, fechar os olhos para as de-

⁴¹ Spelman, *op. cit.*

⁴² Mari Mikkola, “Feminist Perspectives on Sex and Gender”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2023, <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/feminism-gender/> (consultado em 3 de outubro de 2023).

⁴³ Judith Butler, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 12ª ed., 2016; Judith Butler, *Desfazendo Gênero*, São Paulo, Editora UNESP, 2022.

⁴⁴ Ver também Moya Lloyd, “Performativity and Performance”, em Lisa Disch *et al.* (eds.), *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. 572-592.

iguais e hierarquizadas relações de poder estruturadas pelo próprio discurso de gênero.⁴⁵

Finalmente, uma crítica importante às abordagens supracitadas refere-se à exclusão de pessoas trans* e *queer* presumida pelos binários homem/mulher e sexo/gênero tal como discutidos até aqui. Essa exclusão é percebida tanto no modelo de Haslanger,⁴⁶ que não confere espaço nem para mulheres que não experimentam subordinações, nem para indivíduos trans* e suas trajetórias de gênero específicas, como nos modelos que presumem alguma propriedade essencial às mulheres sem levar em conta os sujeitos trans*. Dembroff⁴⁷ propõe um modelo alternativo para considerar o gênero-*queer* (*genderqueer*) como uma categoria capaz de desestabilizar o binarismo ensejado no eixo homem-mulher. Seu objetivo é remediar as injustiças hermenêuticas advindas da não consideração do gênero-*queer* na metafísica feminista, o que não só reflete a persistência do binarismo, como, principalmente, nas desvantagens interpretativas sobre as experiências sociais dos indivíduos *queer*.

Esse percurso filosófico demonstra a complexidade dos debates metafísicos e o quanto questões de natureza ontológica refletem a realidade vivida pelos indivíduos generificados. Se, de um lado, há uma preocupação com o reflexo da experiência vivida nas formas como concebemos as *ontos* gênero e mulher, por outro lado, especificar as propriedades constitutivas dessas *ontos* justifica-se não só como um desiderato filosófico, como também um fundamento para que se avaliem as estruturas sociais a partir das construções que refletem e privilegiam as experiências dos homens. Esse argumento é particularmente avançado nas RI por Tickner,⁴⁸

⁴⁵ Butler, *op. cit.*

⁴⁶ Haslanger, *op. cit.*

⁴⁷ Robin Dembroff, “Beyond Binary: Genderqueer as critical gender kind”, *Philosopher’s Imprint*, 20 (2020), pp. 1-23.

⁴⁸ J. Ann Tickner, “Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security”, Nova York, Columbia University Press, 1992, p. 17.

que assinala que “ser incapaz de falar pela mulher apenas reforça as vozes daqueles que têm construído abordagens para as relações internacionais a partir das experiências dos homens”. Nessa perspectiva, reconhecer o caráter real dessas entidades e investir em compreender seus elementos constitutivos, relacionais e socialmente constituídos perpassa por diferentes projetos das feministas em RI. Passo a essa discussão na próxima seção através de um resgate do conhecimento recebido sobre os feminismos na disciplina.

AS ONTOLOGIAS DOS FEMINISMOS NAS RI

A entrada dos feminismos nas RI deu-se relativamente tarde em comparação com outras disciplinas: seus marcos fundacionais são geralmente cartografados ao dossiê de 1988 da revista *Millennium: Journal of International Studies* e à publicação do livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, por Cynthia Enloe.^{49, 50} Em ambos os casos, a questão subjacente aos engajamentos feministas consistiu em investigar onde estavam as mulheres, trazê-las da margem ao centro das discussões da política internacional e ressignificar, nesse processo, o caráter estadocêntrico da disciplina, especificamente das teorias das relações internacionais. Esse movimento, iniciado no contexto mais amplo do questionamento das teorias *mainstream* que estava em curso nos anos 1980,⁵¹ orientou os trabalhos feministas subseqüentes em suas abordagens dos sig-

⁴⁹ Cynthia Enloe, *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, Berkeley, University of California Press, 2ª ed., 2014[1989].

⁵⁰ Para uma abordagem histórica das trajetórias feministas na disciplina, ver Gabriela de Lima Grecco, “Feminismos y género en los Estudios Internacionales”, *Relaciones Internacionales*, 44 (2020), pp. 127-145; e Enzo Lenine, “Relaciones Internacionales Feministas: silencios, diálogos y ausencias”, *Estudios Internacionales*, 200 (2021), pp. 79-104.

⁵¹ Tickner & Sjöberg, *op. cit.*

nificados do internacional para além do consenso teórico canônico que invisibilizava os indivíduos no discurso sobre o Estado, ignorando as estruturas sociais que o constituem, especificamente as de gênero.⁵²

Esse período de formação inicial caracteriza-se pelo alargamento crítico das epistemologias feministas nas RI. Se, de um lado, os léxicos do ponto de vista, pós-modernismo e empiricismo persistem até a contemporaneidade, de outro as reflexões acerca das mulheres e do gênero para além das fronteiras euroamericanas produziram novos olhares epistemológicos sobre os próprios projetos feministas dentro da disciplina⁵³. Dimensões outrora negligenciadas –como sexualidade, classe, raça, colonialismo, status social, idade etc.– passaram a integrar as investigações feministas nas RI, gerando uma agenda múltipla, plural e, principalmente, irreduzível a uma única forma de problematizar e refletir sobre o gênero.

Essa desestabilização ontológica e epistemológica tornou-se ainda mais cara às epistemologias mais recentes. Os feminismos pós-coloniais, decoloniais e subalternos problematizam os feminismos e as teorias das relações internacionais ao introduzirem os efeitos do colonialismo e da colonialidade na construção do conhecimento na disciplina, rompendo com a pretensa universalidade que ignora as experiências locais, autóctones e particulares dos indivíduos generificados.⁵⁴ A interação das chaves de gênero e colonialidade são utilizadas para revisar e perturbar as heranças coloniais que persistem nas sociedades do Sul Global, estabelecendo rela-

⁵² Christine Sylvester, *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994; Tickner, *op. cit.*

⁵³ Enzo Lenine, “Curiosidade feminista nas Relações Internacionais: olhares, vozes e reflexões para além do cânone”, *Dados*, 67 (2024), e20220120.

⁵⁴ Ballestrin, *op. cit.*; Gutiérrez, *op. cit.*; Marianne H. Marchand, “Different Communities / Realities / Different Encounters: A Reply to J. Ann Tickner”, *International Studies Quarterly*, 42 (1998), pp. 199-204.

ções sociais marcadas por racismo, violência e exclusão, de um lado; e no sistema internacional, onde imperam dicotomias neocoloniais que posicionam o Ocidente como civilizado, moderno e desenvolvido, ao passo que o Sul Global é marcado como bárbaro, primitivo e subdesenvolvido, de outro lado. Semelhante desconstrução e perturbação tanto do cânone disciplinar, como dos feminismos, é central para as epistemologias *queer*: inspiradas nas agendas políticas, teóricas e práticas dos movimentos LGBTQIAPN+, elas trazem para o debate as intersecções entre gênero e sexualidade, além de problematizar os lugares marginais das identidades de gênero dissidentes.⁵⁵

Essa pluralidade de epistemologias parece revelar uma predominância de abordagens reflexivas e críticas, que se distanciam de uma filosofia de ciência alicerçada em princípios positivistas. No entanto, essa é apenas uma parte de uma história mais ampla dentro da disciplina, que viu o desenvolvimento de abordagens neofeministas deslanchar a partir dos anos 2000.⁵⁶ Fundadas em um empiricismo que se utiliza dos métodos quantitativos tradicionais, a pesquisa feminista positivista recupera a epistemologia empiricista como fundamento para a produção de conhecimento sobre diversos fenômenos internacionais, tais como conflito interestatal, conflitos domésticos, terrorismo, e gênero e economia política internacional. Subjacente a essas pesquisas, está a preocupação com integrar o gênero em explicações de natureza causal, analisando as suas implicações como variável independente, dependente e interveniente.

Contudo, o que esses cismas epistemológicos e metodológicos revelam sobre os compromissos ontológicos assumidos pelos feminismos nas RI? Provavelmente, a ontologia

⁵⁵ Júlia Machado Dias & Élton de Mello Arcângelo, Élton de Mello, “Feminismo Decolonial e Teoria Queer: Limites e Possibilidades de Diálogo nas Relações Internacionais”, *Monções*, 6 (2017), pp. 121-151; Cynthia Weber, “Why is there no Queer International Theory?”, *European Journal of International Relations*, 21 (2015), pp. 27-51.

⁵⁶ Caprioli, *op. cit.*; Reiter, *op. cit.*; True, *op. cit.*

mais notável nos debates feministas nas RI, desde seu ingresso na disciplina, reside numa negação, qual seja, na negação do caráter estadocêntrico das teorias das relações internacionais. O Estado como entidade fundamental da realidade internacional é posto em xeque pelas feministas na medida em que elas resgatam os indivíduos que existem na arena internacional e que são invisibilizados pelo discurso estadocentrista; e centram-se numa ontologia de relações sociais “na qual os indivíduos estão imersos em, e são constituídos por estruturas sociais, econômicas e políticas historicamente desiguais”.⁵⁷ Essa virada intersubjetiva, que traz ao mesmo tempo um novo olhar sobre as estruturas subjacentes à arquitetura do sistema internacional, inaugura novas modalidades de apreensão e, sobremaneira, interpretação dos fenômenos sociais. Central nesse percurso histórico e intelectual é a discussão sobre o gênero e a mulher como categorias ontológicas que servem de motivação para a análise feminista. Cada epistemologia assume compromissos ontológicos próprios, que vão desde a utilização do gênero como variável (caso das abordagens empiricistas); passando pelo gênero binário associado, sobretudo, à noção de mulher, objetivando, com isso, recuperar as experiências vividas e os conhecimentos situados das mulheres (abordagens do ponto de vista e pós-coloniais); e chegando à desestabilização dos binarismos homem-mulher e de sua relação com o gênero, chamando a atenção para processos discursivos e performáticos de construção dos significados do gênero (abordagens pós-modernas, pós-estruturalistas e *queer*).

Maruska⁵⁸ distingue duas formas de pensar as ontologias e atribui a uma delas o caráter eminentemente feminista: gênero como diferença e gênero como poder. A primeira assume o gênero como diferença, alicerçada nos binários

⁵⁷ J. Ann Tickner, “Feminism meets International Relations: some methodological issues”, em Brooke A. Ackerly *et al.* (eds.), *Feminist Methodologies for International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 25.

⁵⁸ Maruska, *op. cit.*

homem/mulher, masculino/feminino como características socialmente construídas que servem para entender as desigualdades entre os binários sem inquirir sobre as relações de poder neles imbuídas. Para esta perspectiva ontológica, há uma preocupação sobremaneira com a localização da mulher e do gênero como categorias analíticas em processos internacionais, tais como os conflitos, a violência e as migrações, frequentemente em contextos nos quais o gênero é uma variável explicativa dos fenômenos estudados.⁵⁹ Já a segunda ontologia considera o gênero como poder, e parte da premissa de que as relações sociais são estruturadas hierarquicamente por desigualdades de poder entre indivíduos e sociedades. Mais precisamente, “o gênero opera em um nível intersubjetivo: a generificação é um processo; indivíduos e Estados generificados estão sempre em formação; e gênero envolve inerentemente relações desiguais de poder”.⁶⁰ Nessa concepção, há uma preocupação em compreender como a atual estrutura social se construiu e se estabeleceu em torno de hierarquias de gênero, como ela foi constituída e continua a constituir-se, e quais suas implicações para a construção relacional e intersubjetiva da realidade.⁶¹

Porém, subsumir a discussão metafísica dos feminismos nas RI às possibilidades ontológicas do gênero (como diferença ou como poder) elide a reflexão acerca de outras questões que, mesmo que interligadas, são menos afeitas às discussões usuais.⁶² Em larga medida, a centralidade das relações de gênero é entendida, como aponta True,⁶³ em torno dos seguintes eixos: i) os elementos constitutivos do gênero no que tange às identidades masculinas e femininas e sua centralidade para as relações internacionais; ii) a perturbação da ontologia estadocêntrica das teorias das relações

⁵⁹ Caprioli, *op. cit.*; Reiter, *op. cit.*

⁶⁰ Maruska, *op. cit.*

⁶¹ Locher y Prügl, *op. cit.*; Sylvester, *op. cit.*

⁶² Tony Lawson, “Ontology and feminist theorizing”, *Feminist Economics*, 1 (2003), pp. 119-150.

⁶³ True, *op. cit.*

internacionais com a inserção do gênero como interrogante e iii) as interseccionalidades do gênero com raça, etnia, nacionalidade, classe e sexualidade, e as resultantes modalidades de subordinação e dominação dos indivíduos.

A compreensão do gênero com respeito às identidades masculinas e femininas constitui uma das principais abordagens ontológicas dos feminismos nas RI. Segundo True, a vasta maioria das feministas na disciplina trata o gênero como uma *ontos* relacional, construída socialmente a partir de hierarquias que posicionam o feminino em condições de subordinação e de subalternidade. Mais recentemente, com o movimento de ir das margens ao centro dos feminismos do Sul Global, perspectivas interseccionais interrogam o gênero para além de um olhar ontológico autocentrado, apontando como outras clivagens sociais – tais como raça, classe, idade, status social, entre outras – entrelaçam-se com o gênero criando novas formas de subordinação.⁶⁴ Nesse sentido, a dimensão ontológica relacional do gênero adquire contornos mais complexos a partir das diversas construções sociais do mesmo em suas intersecções com outras modalidades de opressão, elas mesmas também socialmente construídas. É dessa forma que as feministas em RI perturbam o cânone disciplinar: ao re-centralizarem a disciplina em torno dos indivíduos e utilizar o gênero como categoria analítica para evidenciar as relações hierárquicas de poder operantes na arena internacional (e em suas intersecções com a política doméstica), a *ontos* estadocêntrica é subvertida em favor de uma abordagem eminentemente relacional, segundo a qual “conhecer (e ser/agir) relacionalmente é também assumir enquadramentos conceituais historicamente constituídos embutidos em várias construções de conhecimento religiosas, coloniais e cosmológicas”.⁶⁵

⁶⁴ Anna M. Agathangelou, “From the Colonial to Feminist IR: Feminist IR Studies, the Wider FSS/GPE Research Agenda, and the Questions of Value, Valuation, Security, and Violence”, *Politics & Gender*, 13 (2017), pp. 739-746.

⁶⁵ Milja Kurki, “Relational revolution and relationality in IR: New conversations”, *Review of International Studies*, 48 (2021), p. 822.

Subjacente a estas ontologias, persiste a pergunta sobre como o gênero se constitui como *ontos*. A grande questão para os feminismos nas RI que sublinho é justamente no fornecimento de uma explicação sobre a construção do gênero. Tanto Maruska quanto True, ao sintetizarem as ontologias do gênero presentes nas diferentes correntes feministas das RI, omitem a preocupação com essa reflexão anterior sobre como o gênero se constitui. Um passo inicial presumiria resgatar a história da categoria, demonstrando como as construções particulares vigentes não são inevitáveis e revelando as funções que desempenham na ordem social.^{66, 67} Mais importante ainda, interrogar sobre o gênero como construção social significa perguntar-se: “É um objeto ou uma ideia? Se for uma ideia, então devemos levantar uma série de questões epistemológicas, por exemplo, temos justificativa para empregar essa ideia como o fazemos; e questões metafísicas, por exemplo, há algo real correspondente à ideia ou é uma ficção?”.⁶⁸ Seja como ideia, seja como objeto, a construção social do gênero gera implicações epistemológicas e metodológicas que resultam das próprias escolhas ontológicas e metafísicas. Na verdade, o enfoque nas questões ontológicas é um passo fundamental não só na resolução de tais disputas, mas também na própria determinação das implicações metafísicas sobre o que de fato existe no mundo, primordialmente no que tange às categorias que interseccionam o gênero, tais como raça, classe, idade, sexualidade, entre outras. Nesse contexto, o modelo de atribuição de Ásta fornece um aparato metafísico para reconfigurar os mecanismos da construção do gênero nos feminismos das

⁶⁶ Marchand, *op. cit.*, aponta que, a despeito de as feministas em RI reconhecerem o gênero como uma construção social, a maneira como essa construção se dá não é universal dos pontos de vista ontológico e epistemológico. Prevalece nos feminismos em RI uma pluralidade de compromissos ontológicos e epistemológicos a respeito de como o gênero e suas relações são construídas.

⁶⁷ Ian Hacking, *The Social Construction of What?*, Cambridge, Harvard University Press, 1999.

⁶⁸ Haslanger & Ásta, *op. cit.*

RI, sobretudo com vistas a informar seus compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos.

A METAFÍSICA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO: O MODELO DE ÁSTA

Os panoramas apresentados nas seções anteriores situaram alguns dos debates metafísicos sobre a mulher e o gênero na Filosofia e nas RI, salientando algumas das tensões entre as perspectivas realistas e suas críticas. Uma das questões que transparece nessas intervenções sobre a metafísica feminista refere-se ao gênero como uma construção social.⁶⁹ Esse tema é anátema para certos setores da Filosofia, que veem na construção social uma tese falsa ou incoerente.⁷⁰ Engajamentos recentes, como as intervenções de Hacking⁷¹ e Searle,⁷² vêm mudando essa visão, e, no que tange à metafísica feminista, as contribuições de Ásta fundamentam entendimentos metafísicos do gênero como construção social útil para os debates ontológicos dos feminismos nas RI.

Ásta propõe um modelo de atribuição (*conferring framework*) no qual “os atos de atribuição sempre resultam em uma nova característica ser atribuída a algo, e novos fatos passam a existir como resultado”.⁷³ Em nossa existência como indivíduos vivendo em sociedade, somos confrontadas com diversas propriedades conferidas não só pela nossa negociação individual de identidade, como também – e, principalmente – pela sociedade. Exemplos dessas propriedades envolvem as categorias sociais de raça, gênero, sexualidade, classe; posições e cargos institucionalizados, como presidente, senadora; ou até mesmo status sociais, como ser popular.

⁶⁹ Haslanger & Ásta, *op. cit.*

⁷⁰ Ásta, *op. cit.*, p. 4.

⁷¹ Hacking, *op. cit.*

⁷² John R. Searle, *The Construction of Social Reality*, Nova York, Free Press, 1995.

⁷³ Ásta, *op. cit.*, p. 13.

Cada uma dessas propriedades é entendida por Ásta como atributos conferidos ou de maneira institucional, através de uma autoridade institucionalizada e uma localização social numa estrutura institucional (como, por exemplo, ser rainha ou presidenta); ou comunal, através não de uma estrutura hierarquizada por uma autoridade central e institucional, mas sim de um grupo capaz de definir status (devido a sua reputação e posição) sem a mediação institucional. Em ambos os casos, o modelo de atribuição de propriedades pode ser esquematizado conforme o quadro 1.

QUADRO 1
Modelo de atribuição

	Propriedade institucional	Propriedade comunal
Propriedade atribuída	P	
Quem	A pessoa ou entidade ou grupo com autoridade	A pessoa ou entidade ou grupo com status
O que	A atribuição explícita por meio de atos de fala ou outros atos públicos (propriedade institucional)	A atribuição, implícita ou explícita, por meio de atitudes e comportamentos (propriedade comunal)
Quando	Contexto institucional particular	Contexto particular
Propriedade-base	A propriedade que as autoridades tentam rastrear no atribuído	A propriedade que as autoridades tentam rastrear no atribuído, consciente ou inconscientemente

Fonte: adaptado de Ásta.⁷⁴

⁷⁴ *Ibid.*, pp. 21-22.

A questão central para o modelo de Ásta reside no fato de que muitas categorias sociais são atribuídas a nós não por autoridades e, frequentemente, contra nossa vontade, mas ainda assim essas categorias definem constrangimentos, incentivos e possibilidades a nossas ações e comportamentos. Em suas palavras: “[A]s categorias sociais, as categorias pelas quais vivemos, são construídas pelo comportamento de agentes individuais, pois conferem um status social a pessoas consideradas como possuidoras de propriedades salientes em contextos. Essas categorias sociais são as categorias de pessoas que compartilham um status social em um contexto”.⁷⁵

O objetivo do modelo de atribuição de Ásta consiste em explicar o mecanismo pelo qual uma dada categoria social é construída. Sua contribuição fundamental reside na sua capacidade de traduzir os significados de construção social corriqueiramente utilizados na pesquisa em Ciências Sociais, mas que carecem de uma definição mínima de como essa construção ocorre. O ato de atribuir é central e sua complexidade é reconhecida na medida em que atribuir uma dada propriedade exige o escrutínio de relações de autoridade, estruturas de poder e práticas de opressão. É nesse contexto que se encaixa a categoria do gênero: este é precisamente uma categoria social que assume uma dimensão comunal altamente dependente do contexto.⁷⁶ Por tal razão, as propriedades-base do gênero variam de acordo com as circunstâncias contextuais, de modo que uma mesma pessoa “pode contar como sendo de um gênero em alguns contextos e não em outros”, porque “diferentes propriedades são rastreadas em diferentes contextos”⁷⁷. O quadro 2 reproduz a forma como a autora percebe o gênero em seu modelo.

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 48-49.

⁷⁶ Isso não exclui, evidentemente, a dimensão institucional e as formas como as autoridades institucionalizadas determinam as propriedades do gênero.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 74.

QUADRO 2

Gênero no modelo de atribuição

Propriedade atribuída	Ser do gênero G, por exemplo, mulher, homem, trans*
Quem	Os sujeitos com status num contexto particular
O que	A percepção do sujeito S de que a pessoa tem a propriedade-base P
Quando	Contexto particular
Propriedade-base	A propriedade-base P, por exemplo, o papel na reprodução biológica; em outros contextos é o papel da pessoa na organização social de vários tipos, engajamento sexual, apresentação corporal, autoidentificação etc.

Fonte: adaptado de Ásta.⁷⁸

É interessante notar que o modelo de Ásta evita recair em tensionamentos entre a metafísica do gênero e as experiências vividas pelos indivíduos. Particularmente, a forma de analisar a construção social do gênero por meio da outorga de atributos de acordo com contextos particulares nos quais incide determinada propriedade-base permite sua aplicação em diferentes situações caras às pesquisas sociais. Sobremaneira, o modelo de atribuição acomoda distintas possibilidades epistemológicas e metodológicas dos feminismos, além de suscitar potenciais investigações metafísicas sobre as relações de poder subjacentes a uma determinada construção social do gênero (ponto salientado por Haslanger⁷⁹). Portanto, o modelo de Ásta oferece possibilidades ontológicas a serem exploradas na metafísica feminista nas RI.

A esta altura, algumas ressalvas se fazem em ordem. Tanto os modelos de gênero – e aqui se inclui o de Ásta – quanto as críticas aos mesmos demonstram as dificuldades metafísicas em se estabelecerem entendimentos ontológicos sobre o

⁷⁸ *Ibid.*, pp. 74-75.

⁷⁹ Haslanger, *op. cit.*

gênero. Complicações semelhantes são observadas nas Ciências Sociais, nas quais a ontologia está diretamente associada a questões epistemológicas e metodológicas. Nas RI, o ingresso do feminismo deu-se em um momento em que debates metateóricos interrogavam as premissas ontológicas das teorias de relações internacionais, o que permitiu redirecionar os holofotes para as mulheres e o gênero.⁸⁰ Entretanto, o enfoque na epistemologia e na metodologia feministas nas RI colocou em segundo plano a dimensão ontológica, o que trouxe consigo complicações. Na superfície, uma das complicações manifesta-se nos entendimentos sobre o conhecimento feminista e as metodologias para produzi-lo, como se a investigação da *ontos* do gênero já estivesse resolvida – uma construção social, mas sem uma definição do que e como exatamente é construído (e do próprio significado do “social” nessa composição ontológica). Em um nível mais profundo, ao elidir debates sobre os compromissos ontológicos acerca do gênero, a pesquisa feminista em RI não se interroga sobre como os mecanismos de construção social operam, como interagem com outras categorias sociais e, finalmente, como produzem os fenômenos sociais constituídos e causados pelo gênero.

METAFÍSICA E ONTOLOGIA FEMINISTAS NAS RI

O trajeto percorrido até o momento sublinhou os diversos debates feministas nas RI que abrangem as ontologias e suas intersecções com a epistemologia e a metodologia. Nesse processo, assinalo como a construção social do gênero assume lugar de proeminência, ainda que, do ponto de vista metafísico, persistam questões associadas aos mecanismos pelos quais se dá essa própria construção e, mais importante, suas implicações para: o que existe no mundo real; e o gênero como entidade real ou fator ideacional. Embora essas ques-

⁸⁰ Tickner & Sjoberg, *op. cit.*

tões sejam endereçadas de maneiras distintas pelas feministas RI, o engajamento com modelos metafísicos permite avançar os entendimentos sobre como se dá a construção do gênero como entidade social real, sublinhando especificamente suas propriedades constituintes enquanto estrutura social.

Como Hacking sentencia, um dos grandes desafios das abordagens de construção social reside justamente em oferecer um mecanismo pelo qual a mesma ocorre, e, em se tratando daquelas que envolvem categorias humanas ou sociais, como os próprios indivíduos, cientes da existência da categoria, reagem à mesma – o que o autor define como uma categoria interativa, segundo a qual “o inter pode sugerir o modo pelo qual a classificação e o indivíduo classificado podem interagir, o modo pelo qual os atores se tornam autoconscientes como sendo de uma categoria, mesmo que apenas por serem tratados ou institucionalizados como dessa categoria, e assim vivenciando a si mesmos desse modo”.⁸¹ O que está em jogo, portanto, é o anseio de fornecer os mecanismos pelos quais o gênero é construído, e como nesse processo de “montagem” do gênero os elementos históricos, contextuais e interseccionais se encaixam.

Nesse contexto, o modelo de atribuição de Ásta oferece uma abordagem metafísica que acomoda as preocupações das feministas de RI sem recorrer a propriedades do gênero associadas à dimensão reprodutiva, tais como os modelos de Alcoff e Haslanger, ou que enfatizem o uso corriqueiro do gênero, como propõe Mikkola. Ao assumir que a categoria do gênero é dependente do contexto em que a mesma se insere, e ao sublinhar sua dimensão interativa não só do próprio indivíduo em relação à categoria, mas sobretudo do indivíduo em relação àqueles que lhe atribuíram uma determinada propriedade associada ao contexto específico em que se inserem, o modelo de Ásta permite a um só tempo explicar como o gênero se constitui em cada contexto particular; como ele se relaciona com outras categorias sociais

⁸¹ Hacking, *op. cit.*, p. 104.

operantes nesse contexto; e, finalmente, qual propriedade-base atua na construção social do gênero no contexto em tela. Esse último ponto é de suma importância no processo de rastreamento das próprias hierarquias de poder estabelecidas pela forma como o gênero foi construído e que são de interesse central para as reflexões e escolhas epistemológicas e metodológicas dos feminismos nas RI. Na verdade, essa dimensão metafísica carrega consigo uma implicação ainda mais forte para a análise feminista, qual seja, a de que o gênero se constrói socialmente como uma estrutura hierárquica social, e não só como um atributo de entidade unitária.⁸²

Precisamente por rastrear propriedades-base em contexto particulares, o modelo de Ásta possibilita diferentes configurações ontológicas do gênero que são explicadas por meio de uma análise atenta sobre como opera “a mecânica de como as pessoas passam a ter as propriedades sociais que possuem”.⁸³ Sobremaneira, ele trata de status sociais dependentes de contextos, os quais, por sua vez, determinam a *ontos* do gênero. Dessa análise metafísica de construção social partem as escolhas epistemológicas e metodológicas, que respondem ao e articulam o gênero como ideia e objeto do mundo real, assim como estrutura constitutiva da realidade.

De forma a exemplificar as possibilidades metafísicas de Ásta, debruço-me brevemente sobre um tema que anima debates feministas da atualidade e já mencionado anteriormente: as ontologias do gênero mobilizadas por feministas empiricistas e críticas. As feministas em RI têm-se dividido entre linhas epistemológicas e metodológicas no que tange ao uso de instrumentos estatísticos para compreender o gênero: de um lado, as feministas vinculadas a matrizes epistemológicas críticas suspeitam da redução do gênero a indicadores numéricos, tais como os utilizados no The WomanStats Project e no Social Institutions and Gender Index (SIGI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

⁸² Haslanger & Ásta, *op. cit.*

⁸³ Ásta, *op. cit.*, p. 126.

(OCDE). Subjacente às suspeitas associadas ao tratamento do gênero como um dado estatístico está a ideia de que as variadas construções sociais do gênero não seriam capturadas não só nos indicadores, como sobretudo nas análises quantitativas desses estudos.⁸⁴ Central para essa argumentação está a ideia de que a análise de gênero presume a imersão nas formas intrincadas como o mesmo é construído, entendendo sua ontologia nos termos de Cohn:

Gênero é, em sua essência, uma relação estrutural de poder. Assim como o colonialismo, a escravidão, a classe, a raça e a casta são sistemas de poder, o gênero também o é. Cada um é baseado em um conjunto central de distinções entre diferentes categorias de pessoas, valoriza umas sobre as outras e organiza o acesso a recursos, direitos, responsabilidades, autoridade e opções de vida ao longo das linhas que demarcam esses grupos.⁸⁵

A perspectiva das feministas empiricistas enfatiza a dimensão social e construtivista do gênero,⁸⁶ a qual é capturada pelo tratamento do mesmo como uma variável de pesquisa e sublinhada na interpretação dos resultados da análise quantitativa.⁸⁷ Para elas, a questão central consiste em incorporar aos indicadores e às variáveis a dimensão de construção social do gênero, seja como categoria possuída pelos indivíduos, seja como relação estrutural.⁸⁸ Como aponta Caprioli, é possível incorporar o gênero como variável desde que “(1) o gênero

⁸⁴ Sara E. Davies & Jacqui True, “Reframing conflict-related sexual and gender-based violence: Bringing gender analysis back in”, *Security Dialogue*, 46 (2015), pp. 495-512; Tickner, *op. cit.*; True, *op. cit.*

⁸⁵ Carol Cohn, “Women and Wars: Toward a Conceptual Framework”, em Carol Cohn (ed.), *Women & Wars*, Cambridge, Polity Press, 2013, p. 4 (grifo meu).

⁸⁶ Caprioli, *op. cit.*

⁸⁷ Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Capriolie Chad F. Emmett, *Sex and World Peace*, Nova York, Columbia University Press, 2014.

⁸⁸ Caprioli, *op. cit.*

seja reconhecido como socialmente construído, (2) os resultados sociopolíticos sejam demonstrados como resultado da construção de gênero, e (3) ‘um relato empírico convincente das maneiras pelas quais a crença operada para restringir, habilitar ou constituir os resultados em questão’ [...] seja fornecido”.⁸⁹ Um exemplo dessa abordagem é o supracitado indicador SIGI, o qual, segundo Davies e True,⁹⁰ “é o melhor indicador disponível de discriminação de gênero por país porque ele fornece ‘uma medida composta de instituições sociais que espelham as práticas sociais e as normas legais que produzem as desigualdades entre homens e mulheres em países não-membro da OCDE’”. Considerando o SIGI através das lentes do modelo de Ásta, as propriedades-base que são atribuídas aos indivíduos e lhes tornam de um gênero determinado são as próprias peças das instituições sociais e das práticas sociais que estabelecem modalidades de discriminação e opressão baseadas no gênero. O que é interessante do SIGI é que, mesmo sendo um indicador (o que pode lhe render a sensação de ser algo fixo), sua abrangência fornece peças variadas para explicar a construção social do gênero em contextos institucionais e não-institucionais particulares, elemento este enfatizado por Davies e True para justificar seu uso combinado com uma perspectiva feminista crítica e atenta ao gênero como relação social.

Percebe-se, nesse debate, que parecem coexistir diferentes concepções ontológicas de gênero, que dividem as feministas de diferentes matrizes epistemológicas e metodológicas. Precisamente nesse contexto o modelo de Ásta vislumbra, senão uma possibilidade de reconciliação (porque isso depende também de elementos sociológicos das comunidades de feministas associados a seus projetos de teorização e práxis feministas), ao menos a perspectiva de refletir sobre as propriedades do gênero e suas articulações na pesquisa. O modelo de atribuição explica a ontologia do gênero

⁸⁹ *Ibid.*, p. 261.

⁹⁰ Davies e True, *op. cit.*, p. 503.

a partir das propriedades-base que o constituem e que são determinadas pelos contextos institucionais e sociais particulares em que relações estruturais de poder generificadas importam. De um lado, o modelo identifica o que especificamente num contexto atribui a propriedade-base P que torna um indivíduo como sendo do gênero G; ao mesmo tempo, essa propriedade-base P reflete as estruturas sociais que permitem que um sujeito S seja percebido como detentor dessa propriedade. Analisar a propriedade-base significa, portanto, entender a mecânica da construção social do gênero, oriunda da estrutura social de gênero, e como ela incide sobre os indivíduos, sujeitando-os a vulnerabilidades, discriminações, violências etc. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de que essa propriedade-base não é universal nem definitiva, mas sim determinada pelos contextos sociais nos quais se dá a construção, garante maleabilidade suficiente para o tratamento do gênero nos diversos projetos epistemológicos e metodológicos feministas. A comparação das interpretações de Caprioli e Cohn sobre o gênero sinalizam justamente isso: i) o desiderato de analisar a construção social em cada *locus* específico; ii) A relação entre indivíduo e estrutura no que tange aos processos de generificação alicerçados na propriedade-base que acabam por produzir as próprias categorias atribuídas aos sujeitos e iii) a necessidade de fornecer um relato explicativo do gênero que sirva aos interesses de pesquisa e às práticas feministas, principalmente em seus ativismos sociais frente às materialidades e aos simbolismos das desigualdades e discriminações baseadas no gênero.

Ontologicamente, a abordagem metafísica do modelo de atribuição explica como o gênero se constitui como *ontos*. Sua importância para os feminismos nas RI reside justamente no objetivo de fornecer um “relato convincente” sobre como se dá a construção do gênero em um contexto particular. A identificação de propriedades-base que informam a construção social do gênero em contextos particulares cumpre o papel de caracterização a um só tempo dos agentes e das estruturas que produzem os fenômenos de interesse das

feministas das RI, sejam elas vinculadas a abordagens epistemológicas e metodológicas neopositivistas ou a abordagens hermenêuticas e críticas. De certa maneira, o modelo articula um argumento fundamental para as feministas, qual seja: agentes e estrutura são entidades ontologicamente relacionadas, e essa relação se dá precisamente pelos mecanismos de construção social propostos por Ásta.

O exemplo em tela visa a demonstrar as potencialidades analíticas do modelo de Ásta. Ao permitir a acomodação do gênero através de suas propriedades e estabelecer os mecanismos pelos quais elas se manifestam na categoria per se, o modelo de atribuição fornece uma base útil de reflexão ontológica para as diferentes epistemologias e metodologias que é anterior às mesmas. Dizer que o gênero é uma construção social sem especificar como ele é construído significa recair não só em rótulos imprecisos, como também em uma distorção do construtivismo social. O modelo de Ásta propõe justamente uma forma de explicar essa construção, com a vantagem de articular as dimensões individual e estrutural na constituição do gênero. Mais do que buscar uma entidade com propriedades definidas e definitivas, o modelo de Ásta requer a investigação dos mecanismos construtivos em contextos particulares. A ênfase que ela dá a esse processo, com particular atenção à propriedade-base, é uma contribuição significativa para ir mais além do significado usual da construção social.

CONCLUSÃO

As reflexões filosóficas ensejadas desde a obra de Beauvoir provocaram importantes revoluções nos feminismos, sobretudo no que tange ao entendimento do gênero como uma categoria social. Feministas de todas as matrizes epistemológicas utilizam o conceito em suas análises, mobilizando-o de maneiras criativas para analisar a complexidade da realidade social e as desigualdades de poder subjacentes à mesma.

Contudo, a despeito da centralidade do gênero na pesquisa feminista em RI, a reflexão sobre seus significados como construção social demonstra uma carência de modelos de fundamentação metafísica dessa categoria específica e suas relações com outras categorias sociais. A ontologia feminista nas RI tem sido discutida mais como resultado de disputas epistemológicas e metodológicas do que como projetos filosoficamente engajados sobre a *ontos* do gênero.

Ao longo deste artigo, discuti diferentes modelos metafísicos do gênero tais como tratados na filosofia feminista. Devotei especial atenção ao modelo de atribuição dada a sua maleabilidade ao reconhecer o caráter contextual do gênero sem recorrer a uma propriedade biológica como referencial para a construção social dessa categoria. No entanto, a despeito dos avanços no debate filosófico, apontei como as feministas em RI se beneficiariam de um engajamento mais robusto com a metafísica do gênero no que tange a suas reflexões ontológicas. Nesse ponto, o modelo de atribuição ofereceu uma base metafísica para pensar a ontologia do gênero e seus potenciais desdobramentos epistemológicos e metodológicos em contextos específicos.

Por trás desse esforço filosófico, jaz o desiderato de alicerçar os feminismos das RI em entendimentos ontológicos que fazem jus a suas interpretações do gênero como construção social que mascara relações desiguais de poder. O modelo de atribuição fornece um instrumental metafísico para produzir explicações sobre como o gênero é constituído em matrizes contextuais de poder, assinalando como se dá esse processo de construção social e relacional do gênero. A propósito, a metafísica feminista, mais do que uma simples curiosidade no diálogo entre Filosofia e RI, proporciona possibilidades ontológicas para a construção da pesquisa feminista, articulando ontologia, epistemologia e metodologia para além das disputas que hoje vigoram entre as feministas em RI. Esse é um caminho, se não para a conciliação entre as diversas correntes e os variados projetos feministas, ao menos para a apreciação de visões plurais sobre o gênero,

entendendo-o dentro de seus contextos particulares e como o mesmo incide sobre as vidas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ACKERLY, Brooke A., Maria STERN e Jacqui TRUE, “Feminist Methodologies for International Relations”, em Brooke A. Ackerly, Maria Stern, Maria e Jacqui True (eds.), *Feminist Methodologies for International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 1-15.
- AGATHANGELOU, Anna M., “From the Colonial to Feminist IR: Feminist IR Studies, the Wider FSS/GPE Research Agenda, and the Questions of Value, Valuation, Security, and Violence”, *Politics & Gender*, vol. 13, núm. 4, 2017, pp. 739-746.
- ALCOFF, Linda Martín, *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*, Oxford, Oxford University Press, 2006.
- ÁSTA, *Categories We Live By: The Construction of Sex, Gender, Race, and Other Social Categories*, Oxford, Oxford University Press, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão, “Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais”, em Aureo Toledo (ed.), *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*, Salvador, EDUFBA, 2021, pp. 179-204.
- BEAUVOIR, Simone de, *O segundo sexo* (vol. 2), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5ª ed., 2019.
- BUTLER, Judith, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 12ª ed., 2016.
- BUTLER, Judith, *Desfazendo Gênero*, São Paulo, Editora UNESP, 2022.
- CAPRIOLI, Mary, “Feminist IR Theory and Quantitative Methodology: A Critical Analysis”, *International Studies Review*, vol. 6, núm. 2, 2004, pp. 253-269.
- COHN, Carol, “Women and Wars: Toward a Conceptual Framework”, em Carol Cohn (ed.), *Women & Wars*, Cambridge, Polity Press, 2013, pp. 1-35.
- DAVIES, Sara E. & Jacqui TRUE, “Reframing conflict-related sexual and gender-based violence: Bringing gender analysis back in”, *Security Dialogue*, vol. 46, núm. 6, 2015, pp. 495-512.

- DEMBROFF, Robin, “Beyond Binary: Genderqueer as critical gender kind”, *Philosopher’s Imprint*, vol. 20, núm. 9, 2020, pp. 1-23.
- DIAS, Júlia Machado & ÉLTON DE MELLO ARCÂNGELO, “Feminismo Decolonial e Teoria Queer: Limites e Possibilidades de Diálogo nas Relações Internacionais”, *Monções*, vol. 6, núm. 11, 2017, pp. 121-151.
- DOWDING, Keith, *The Philosophy and Methods of Political Science*, Londres, Palgrave, 2016.
- ENLOE, Cynthia, *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, Berkeley, University of California Press, 2ª ed., 2014 [1989].
- GILL, Andréa & Thula PIRES, “From Binary to Intersectional to Imbricated Approaches: Gender in Decolonial and Diasporic Perspective”, *Contexto Internacional*, vol. 41, núm. 2, 2019, pp. 275-302.
- GRECCO, Gabriela de Lima, “Feminismos y género en los Estudios Internacionales”, *Relaciones Internacionales*, vol. 44, 2020, pp. 127-145.
- GUTIÉRREZ, Selene Romero, “La importancia de la perspectiva de género y de los feminismos en el análisis de los procesos globales”, *Anuario Mexicano de Asuntos Globales*, vol. 1, núm. 1, 2022, pp. 503-518.
- HACKING, Ian, *The Social Construction of What?*, Cambridge, Harvard University Press, 1999.
- HARDING, Sandra, *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives*, Ithaca, Cornell, University Press, 1991.
- HARDING, Sandra, “A Socially Relevant Philosophy of Science? Resources from Standpoint Theory’s Controversiality”, *Hypatia*, vol. 19, núm. 1, 2004, pp. 25-47.
- HARTSOCK, Nancy C. M., *The Feminist Standpoint Revisited & Other Essays*, Nova York, Routledge, 2019.
- HASLANGER, Sally, “Gender and Race: (What) Are they? (What) Do we want them to be?”, *Nóus*, vol. 34, núm. 1, 2000, pp. 31-55.
- HASLANGER, Sally, “What are we talking about? The semantics and politics of social kinds”, *Hypatia*, vol. 20, núm. 4, 2005, pp. 10-26.

- HASLANGER, Sally & ÁSTA, “Feminist Metaphysics”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018, <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-metaphysics/> (consultado em 3 de outubro de 2023).
- HAY, Carol, *Think like a feminist: the philosophy behind the revolution*, Nova York, W. W. Norton Company, 2020.
- HUDSON, Valerie M., Bonnie BALLIF-SPANVILL, Mary CAPRIOLI, Chad F. EMMETT, *Sex and World Peace*, Nova York, Columbia University Press, 2014.
- KRIPKE, Saul, *Naming and Necessity*, Malden, Blackwell Publishing, 1981.
- KURKI, Milja, “Relational revolution and relationality in IR: New conversations”, *Review of International Studies*, vol. 48, núm. 5, 2021, pp. 821-836.
- LAWSON, Tony, “Ontology and feminist theorizing”, *Feminist Economics*, 1, 2003, pp. 119-150.
- LENINE, ENZO, “Relaciones Internacionales Feministas: silencios, diálogos y ausencias”, *Estudios Internacionales*, vol. 200, 2021, pp. 79-104.
- LENINE, ENZO, “Curiosidade feminista nas Relações Internacionais: olhares, vozes e reflexões para além do cânone”, *Dados*, vol. 67, núm. 4, 2024, e20220120.
- LLOYD, Moya, “Performativity and Performance”, em Lisa Disch, Mary Hawkesworth (eds.), *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. 572-592.
- LOCHER, Birgit & Elisabeth PRÜGL, Elisabeth, “Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing the Middle Ground?”, *International Studies Quarterly*, vol. 45, 2001, pp. 11-129.
- MARCHAND, Marianne H., “Different Communities / Realities / Different Encounters: A Reply to J. Ann Tickner”, *International Studies Quarterly*, vol. 42, 1998, pp. 199-204.
- MARUSKA, Jennifer Heeg, “Feminist Ontologies, Epistemologies, Methodologies, and Methods in International Relations”, *Oxford Research Encyclopedias*, International Studies, 2017, <http://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.178> (consultado em 3 de outubro de 2023).

- MIKKOLA, Mari, "Ontological commitments, sex and gender", em Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 67-83.
- MIKKOLA, Mari, "Feminist Perspectives on Sex and Gender", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2023, <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/feminism-gender/> (consultado em 3 de outubro de 2023).
- MOHANTY, Chandra Talpade, *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*, Durham, Duke University Press, 2003.
- OSSOME, Lyn, "African Feminism", em Reiland Rabaka (ed.), *Routledge Handbook of Pan-Africanism*, Londres, Routledge, 2020, pp. 159-170.
- REITER, Dan, "The Positivist Study of Gender and International Relations", *Journal of Conflict Resolution*, vol. 59, núm. 7, 2015, pp. 1301-1326.
- SAUL, Jennifer, "Gender and Race", *Proceedings of the Aristotelian Society Supplementary*, vol. 80, núm. 1, 2006, pp. 119-143.
- SEARLE, John R., *The Construction of Social Reality*, Nova York, Free Press, 1995.
- SHEPHERD, Laura J., *Gender, Violence & Security*, Londres, Zed Books, 2008.
- SPELMAN, Elizabeth, *Inessential Woman*, Boston, Beacon Press, 1988.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty, "Gender and International Studies", *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 27, núm. 4, pp. 809-831.
- STOLJAR, Natalie, "Different Women. Gender and the Realism-Nominalism Debate", em Charlotte Witt, (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 27-46.
- SYLVESTER, Christine, *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- TICKNER, J. Ann, *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*, Nova York, Columbia University Press, 1992.

- TICKNER, J. Ann, “You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists”, *International Studies Quarterly*, vol. 41, 1997, pp. 611-632.
- TICKNER, J. Ann, “What is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions”, *International Studies Quarterly*, vol. 49, 2005, pp. 1-21.
- TICKNER, J. Ann, “Feminism meets International Relations: some methodological issues”, em Brooke A. Ackerly, Maria Stern, Jacqui True (eds.), *Feminist Methodologies for International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 19-41.
- TICKNER, J. Ann & Laura SJOBERG, “Feminism”, em Tim Dunne, Milja Kurki, Steve Smith (eds.), *International Relations Theories*, Oxford, Oxford University Press, 5ª ed., 2021, pp. 182-196.
- TRUE, Jacqui. “Feminism and Gender Studies in International Relations Theory”, *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, 2017, <https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e46> (consultado em 3 de outubro de 2023).
- WEBER, Cynthia, “Why is there no Queer International Theory?”, *European Journal of International Relations*, vol. 21, núm. 1, 2015, pp. 27-51.
- WENDT, Alexander, *Social Theory of International Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- WIGHT, Colin, *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- WITT, Charlotte, “Introduction”, em Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011 pp. 1-7.
- WITT, Charlotte, “What is gender essentialism”, em Charlotte Witt (ed.), *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, Dordrecht, Springer, 2011, pp. 11-25.
- WITT, Charlotte, *The Metaphysics of Gender*, Oxford, Oxford University Press, 2011.